

Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política

Karin Ellen von Smigay

RESUMO

O artigo se debruça sobre diferentes modelos que subsidiam os especialistas e operadores dos programas de contenção e apoio a vitimados, tentando estabelecer comparações e seus efeitos, quando aplicados a políticas sociais. Não basta o reconhecimento de quem são os agressores, nem suas vítimas preferenciais; traçar seus perfis e mapear sua incidência não é estratégia suficiente, embora necessária. A homofobia, o sexismo, aqui considerados violência de gênero, estão enraizados de forma profunda e persistente na trama social. Articulam-se com um conjunto de problemas sociais e estruturais, significando um desafio para psicólogos, pouco afeitos a entender e operar com o que se chama “uma gramática de gênero”, que, a nosso ver, constitui o sujeito psicológico e político.

Palavras-chave: Sexismo; Homofobia; Violência de gênero; Teorias feministas; Psicologia política.

Há um certo consenso de que o tema da violência de gênero não recebeu muita atenção dentro da academia brasileira, a despeito de seu visível papel e função de articulador dos debates feministas nos anos oitenta. Cabe lembrar que tais debates se tornaram, ao menos nas ciências sociais, um dos mais promissores temas, produzindo teorias, linhas de pesquisa e multiplicidade de teses e dissertações – no campo da história, da antropologia, da sociologia e, mais recentemente, na psicologia social.

Se aqui se queixa sobre sua relativa ausência, em países de produção e língua anglo-saxônica há um sem número de *papers* contemplando os mais diferentes enfoques sobre o que é esta forma de violência, seu grau de virulência, sua extensão, seus objetos preferenciais, assim como diferentes modelos de intervenção para coibi-la.

Considerando a América Latina, e, sobretudo, o Brasil, não saberíamos dizer das razões pelas quais pouco se publica e pouco se investiga, de forma sistematizada. A partir

• Texto recebido em maio de 2002 e aprovado para publicação em junho de 2002.

do final da década de oitenta o Estado passou a incorporar a violência de gênero entre suas políticas sociais e alguns programas são gerenciados por agentes sociais, geralmente com formação em serviço social ou treinamento semi-especializado. Teria sido esta uma das razões? Um desinteresse pelo debate teórico, como se, desde então, nada mais houvesse a acrescentar a um tema publicamente reconhecido? É como se seus contornos estivessem configurados e o problema passasse a ser delegado aos agentes sociais para que, estes sim, ficassem às voltas com sua erradicação...

Entretanto, se consideramos que, nestes últimos vinte anos, a) diferentes equipamentos de contenção foram implantados, seja na rede privada, seja na rede pública – referimo-nos a casas-abrigo, centros de apoio, delegacias especializadas, e/ou programas de intervenção produzidos no interior dos cursos de psicologia e de serviço social – e que b) há uma massa de informação disponível em seus arquivos, pronta para ser submetida a uma avaliação crítica, então o cenário apresenta-se propício a uma ampla produção de dados. Temos agora tempo e distância para olhar este objeto de forma menos apaixonada.

Se aparentemente já se disse tudo sobre o tema, se hoje há onde recorrer cada vez que as cenas violentas eclodem, como explicar os impasses que continuam sem superação para quem opera com o campo? Poderíamos dizer que não temos tradição de pesquisa fora da academia e esta é uma afirmação verdadeira. Mas poderíamos estar nos beneficiando do expressivo conjunto produzido em outros países, notadamente nos Estados Unidos e Canadá, onde a consciência cidadã coloca os agentes sociais permanentemente confrontados com a premência de produzir (boas) respostas.

Hoje em dia, com ferramentas tão simplificadas como a internet, não mais temos dificuldade em acessar informações ou dados, e nos beneficiaríamos, e muito, se produzíssemos análises voltadas para a realidade local, mesmo usando dados externos. Por que, então, pouca produção quando se trata de temas como sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência? Paradoxalmente o tema da violência, enquanto questão dos direitos humanos, ganha espaço nas agendas das entidades classistas, sobretudo no Conselho Nacional de Psicologia, nos Conselhos Regionais de Psicologia, nos encontros anuais da Associação Brasileira de Psicologia Social – Abrapso – e agora na recém-criada Sociedade Brasileira de Psicologia Política.

Por empenho dos militantes, o Estado brasileiro acabou por incorporar a violência específica entre suas políticas públicas. Mas, por outro lado, pouco aporte teórico tem sido oferecido de forma a subsidiar os debates e suas ações. É nesse vácuo que este artigo se insere. O tema central: a homofobia e o sexismo.

NÚCLEO DA DISCUSSÃO

Por que afirmamos que faltam bons modelos que possam ser utilizados na contenção da violência e por que não basta o reconhecimento de quem são os agressores, nem suas vítimas preferenciais? Traçar seus perfis e mapear sua incidência não é estratégia su-

ficiente, embora necessária. A violência de gênero está enraizada de forma profunda e persistente na trama social, o que a torna uma questão de difícil abordagem.

Ela se articula com um conjunto de outros problemas sociais e estruturais, o que significa um desafio para psicólogos, pouco afeitos a entender e operar com uma gramática de gênero, de classe e de raça/etnia, ou a considerar os fatores intervenientes que se cruzam ao problema psicossociológico. Trata-se de um nó difícil de ser desfeito (Safioti, 1995).

Estamos propondo que sexismo e homofobia podem ganhar uma análise que ultrapassa os estudos sobre preconceito social. Até os anos sessenta/setenta, tais temas, ou subtemas, se inseriam nos estudos sobre atitudes e opiniões, na concepção positivista da psicologia social (Dollard; Miller, 1937). Mais tarde, e com efetivo ganho, puderam sofrer uma outra leitura, de cunho psicanalítico, dentro da escola frankfurtiana, nos estudos sobre personalidade autoritária e produção de preconceito (Crochík, 1995). Hoje os estudos de gênero permitem incluir, na leitura sobre tal fenômeno, as categorias de poder e isto ajuda na reinterpretação sobre sua produção e seus sentidos (Welzer-Lang, 2001; von Smigay, 2001).

Propomos que algumas das teorias e modelos que subsidiam o debate sobre violência, não levando em conta o sistema de gênero, falham ao responder ao desafio de lidar com o sexismo e a homofobia. Sugerimos que esta temática se insere no campo da psicologia política, um esforço que tem sido partilhado por alguns colegas que, em dezembro de 2000, organizaram, em São Paulo, um debate sobre o tema, patrocinado pelo Núcleo de Estudos em Psicologia Política da PUC-SP.¹

De que estamos falando? Três conceitos serão aqui definidos: sexismo, homofobia e violência de gênero. *Sexismo* é uma posição, ou uma postura misógina, de desprezo frente ao sexo oposto – expressão desconsiderada na edição de 1975 do **Novo Dicionário Aurélio**, ausente também no **Novo Michaelis** dos anos oitenta, na sua edição inglesa, mas presente no **Petit Robert**, publicado em França nos anos noventa. Sexismo é atitude de discriminação em relação às mulheres. Mas é importante lembrar que se trata de uma posição, que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente intragêneros tanto quanto entre gêneros. Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social.

Homofobia é um conceito ambíguo, geralmente associado à homossexualidade, uma postura de rejeição, de medo de contato, que teria aparecido inicialmente nos estudos de Weinberg (1972), que o definia como medo da homossexualidade. Entretanto concordamos com Welzer-Lang (1994; 2001) de que a homofobia não se reduz a tanto

¹ Seminário Internacional “Entre Homens”, coordenado pelo Núcleo de Estudos em Psicologia Política do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP, dezembro 2000.

ou tão pouco. Se tomamos sua etimologia, a palavra *homo*, seja em grego ou latim, quer dizer o mesmo, o idêntico, mas também homem; e *fobia* o medo – nesse caso, o medo de outros homens, ou mais precisamente, o medo do mesmo, do idêntico a si.

Na vida cotidiana, o medo ou os medos organizam o ódio. Medo e ódio provocam evitamento, fuga, desejo de se esconder; impedem a confrontação das causas que os provocam (Welzer-Lang, 1994). Debater a homofobia nos obriga a ultrapassar a análise semântica do termo. Fobia, em grego antigo, é medo, desgosto, repulsa. Na acepção popular do termo, a homofobia estaria situada entre o *medo do mesmo*, entre os homens, e o *medo dos outros homens*. Isto expande o conceito para incluir a idéia de que, na homofobia, se expressa o receio de uma possível homossexualidade no próprio sujeito homofóbico, como se sua identidade sexual não fosse suficientemente assentada e ele incorresse no risco de ver eclodir, em si, um escuso desejo por outros homens.

Tal acepção nos remete à tese sustentada por Crochík (1995), de que o preconceito, na verdade, fala mais do preconceituoso do que do objeto mesmo do preconceito. O preconceito é um tipo de valor (negativizado) atribuído a objetos distintos. Quando determinados atributos (ou valores) são coletivamente atribuídos a certos objetos – que nomeamos como os sujeitos de preconceito – predisõem à rejeição. A tendência é de que uma estereotipia de pensamento, fixada no que parece, mas não necessariamente é real; impede o preconceituoso de olhar para a realidade à sua volta. Sua rigidez mental o coloca em posição defensiva.

Ameaçado, tentando se defender de alguma coisa que emerge de si mesmo, incapaz de separar aspectos cognitivos de aspectos afetivos, mais do que sobre a vítima, o preconceito fala do produtor do preconceito. Nesse sentido, Welzer-Lang (1994) acaba por concluir que homofobia é o medo do outro em si mesmo.

Tanto Crochík (1995) quanto Welzer-Lang (1994) reconhecem que a dominação, o ódio ao mais frágil, só pode ser entendida dentro de uma situação de subjugação real ou imaginária. O sexismo seria a discriminação em relação às pessoas de outro sexo, notadamente do outro gênero social, legitimando a violência contra mulheres e todos aqueles que, em determinadas circunstâncias, são reconhecidos como tendo uma posição feminilizada. Mantido por um pensamento essencialista, atribui qualidades e defeitos que seriam inerentes e específicos de cada sexo.

Apenas um pensamento anti-sexista é capaz de afirmar o direito a diferenças individuais, entre gêneros e intragêneros, descolados da biologia, rompendo com a perspectiva essencialista. Tal pensamento reconhece o peso da cultura e reconhece a alteridade como condição básica de respeito à pluralidade, ao multiculturalismo, às múltiplas expressões eróticas, sociais, sexuais.

O terceiro conceito que procuramos definir é *violência de gênero*, que vem sendo cunhado mais recentemente, e que, por um conjunto de equívocos, muitas vezes aparece como mero sinônimo de violência contra as mulheres. Como sinalizado anteriormente, no final da década de setenta e ao longo dos anos oitenta, toda uma produção, com forte ênfase militante, procurou reconhecer a especificidade do fenômeno da violência, em um

esforço teórico para constituir um campo de saber, conhecer sua lógica, sua produção e poder denunciá-la.

A categoria que se construiu foi a da violência contra a mulher/sobre a mulher. Procurou-se produzir argumentos em torno da qualificação e abrangência do que se cunhou como violência específica, para destacá-la de outras formas de violência (como a urbana, por exemplo), e buscaram-se modelos explicativos para sua origem, seja na (ainda) forte presença dos vestígios do patriarcado, seja na organização falocêntrica da cultura (Bourdieu, 1990), ou no que se denominou como “múltiplas determinações” (Azevedo, 1988).

A produção teórica, neste momento, se afastou do modelo explicativo ortodoxo marxista, que interpretava essa forma de violência como resultado da violência estrutural capitalista. Ao se configurar o que seria o feminino, buscou-se ampliar a extensão das ações discriminatórias (também entendidas como de opressão e/ou violentas), reconhecendo que estas se distribuem em um *continuum* crescente, que vai de gestos de desrespeito a espancamento e homicídio, e reconheceu-se que mulheres são, preferencialmente, suas vítimas.

Era a idéia de um modelo de violência típica e evolutiva, onde os agentes têm papéis típicos e estereotipados, de acordo com o pertencimento de sexo. Desde então se postulou que tal violência estaria incrustada na cultura. Como conseqüência, homens seriam violentos nessa cultura, marcada pela lógica patriarcal e androcêntrica; mulheres seriam vitimadas por essa mesma lógica.

As argumentações acerca da construção do feminino, nesse modelo, tomavam a mulher como submetida/passiva/vítima, ainda que produzindo ações violentas: a relação com o outro se estabelecendo sempre em condições de desigualdade. Ela não seria sujeito constituinte de seu destino (Chauí, 1985). O conceito de violência aqui se confunde com a idéia de opressão, subordinação, desigualdade. O argumento novo que então se produziu contradizia uma crença generalizada: a violência não seria transgressão à norma, ao contrário: se expressaria *como uma norma*. Voltaremos a esse argumento, mais adiante, mas desde já cabe esclarecê-lo. Tradicionalmente se partilha uma concepção de que agressores são presos de momentos de irracionalidade quando perpetram atos violentos. O que as militantes feministas procuraram mostrar é que a violência é constitutiva do masculino – socializados para a misoginia, para o sexismo e a homofobia, não apenas desprezam os que consideram inferiores e desvirilizados, como coletivamente acionam condutas francamente violentas – não são desviantes, mas agem segundo padrões considerados valorados entre o mundo dos homens – agem segundo a norma de uma cultura homofóbica/sexista.

Já na década de noventa algumas mudanças são reconhecíveis e o conceito de violência de gênero não é apenas uma substituição de termos, mas uma nova concepção acerca dos objetos preferenciais da lógica ou do sistema de gênero. Passa-se a entender o problema como relacional. Por um lado, contesta-se a “dualidade redutora” do tipo agressor ativo/agredido passivo, e passa-se a considerar que as relações comportam movimento, combinações, contradições, ambigüidades. Fala-se de uma mulher produtora de violência, também ela – não mais reativa ou reprodutora de violência. Os autores, nesta nova

etapa, continuam a entender que as violências cometidas pelas mulheres mantêm um mesmo padrão de dependência. A despeito de sua constituição como sujeito sem autonomia, nem por isso resultam passivas (Chauí, 1984).

Mas passam a incorporar outros assujeitados, que, em determinados contextos, estão na posição feminilizada: não só mulheres, mas também às vezes crianças, velhos e sobretudo homens, que recusam o modelo tradicional, ou a virilidade dominante, são objetos de violência de gênero. Quem são estes homens? São os que Welzer-Lang (1999) cunhou como os “insubmissos da virilidade triunfante”: vítimas de desprezo, de exclusão em diversos níveis, alvo de condutas sexistas e homofóbicas, esses homens muitas vezes ficam à margem dos programas e das políticas públicas, que ainda não sabem ou não têm podido contemplá-los, por falta, inclusive, de visibilidade para suas mazelas.

Como no racismo, a dificuldade em nos reconhecer como um país sem cordialidade diante das diferenças tem dificultado formular projetos que, efetivamente, impliquem agressores e vitimados em um esforço para rever as relações homofóbicas e sexistas. Portanto, violência de gênero é uma violência em que a questão do poder, desigual entre os envolvidos, é a marca. Poder este diferenciado segundo o pertencimento de gênero – mulheres, homens não-viris, homens e mulheres que optam por práticas homoeróticas; são estes os objetos privilegiados desta violência homofóbica/sexista.

A violência (de gênero) eclode como alternativa à possibilidade de negociação, como não-resposta ao trato com a diferença, recusa à alteridade. Não se explica pela desrazão – este tipo de violência não é pontual, inesperada, nem casual. Não se explica pelo desvario do agressor: ao contrário, é contínua, dirigida contra os mesmos alvos, restritos; tem objetivos bem delimitados; insiste, minando a resistência da vítima de forma sorrateira, mas implacável e destrói psicologicamente, aos poucos.

São violências tramadas sobre uma lógica, um pano de fundo, uma cultura falonarcísica, segundo a expressão de Bourdieu (1998); em que ainda é forte a presença do patriarcado e em que a dominação masculina é a tônica.

PERCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO

Na década de noventa há um abandono 1) das explicações globalizantes, típicas e tipificadas, de uma lógica dual e contrastante, que opõem homens e mulheres, demarcados entre espaços opostos como público/privado, vítima/agressor; 2) (um abandono) das determinações mecânicas e imediatas e 3) uma recusa dos conceitos ou das perspectivas de universalidade e generalização. Assim, já não se pretende produzir sobre a mulher, mas sobre mulheres, incorporando-se a diversidade nas análises, a multiplicidade e a complexificação. Agora o que se torna marca de uma perspectiva pós-moderna, atravessando a produção feminista, é uma revisão da idéia de que a realidade é composta por pares de opostos (até então a leitura dicotômica e mecânica colocava em lugares antagônicos homens e mulheres, agressores e vítimas) e sugere que não há apenas contrastes entre eles,

mas também conflito. Propõe-se pensar em inúmeras motivações, revendo os significados das cenas violentas.

É o que sugere Gregori (1993), ao se interessar pelas ambigüidades e tensões nas relações entre papéis de gênero, entendendo que os padrões distintos de comportamento instituídos para mulheres e homens são atualizados em relações interpessoais, entrando em uma operação combinatória particular em cada relação violenta considerada. Outra mudança aparece ao se abandonar a idéia de negatividade intrínseca à violência de gênero, como podemos encontrar em Messeder (1995) e Heilborn (1993), autores tentando refletir sobre relações violentas sem qualificá-las: para eles, a violência é um modo possível de lidar com o gozo (Messeder); ou uma forma possível de exercer poder hierarquizado (Heilborn).

Homofobia e sexismo passam a ser considerados temas ou subtemas no interior de teorias sobre violência de gênero, um fortemente ligado ao outro. Para Welzer-Lang (1994) a homofobia é, de fato, a interiorização do sexismo nas relações com os outros: erige fronteiras distintas e estanques entre os gêneros, organiza a discriminação face àqueles que escapam às imagens estereotipadas que se constroem sobre os gêneros, sobretudo quando se pensa que eles, gêneros, são imutáveis. Toma formas diferentes segundo seja praticada em relação a homens ou a mulheres. Nas sociedades onde homens, tanto coletivamente quanto individualmente, dominam as mulheres, o sexismo organiza a dominação das mulheres e a homofobia vem selar a coesão entre os dominantes. Tanto o sexismo quanto a homofobia estruturam o medo de abandonar as atribuições de seu grupo sexual.

Para Welzer-Lang (2001) o grupo dos homens é socializado por diferentes estratégias, consideradas “necessárias”. Introduzidos, a partir de certa etapa de vida, na “casados-homens” – expressão de Godelier para se referir às instituições monossexuadas em que as mulheres são excluídas e em que se aprende (ou se reafirmam) os valores da virilidade dominante e os “segredos” que só os iniciados partilham – homens aprendem a dominar, a desprezar os que não acedem a tais espaços e a exercer violência entre si, geralmente sobre os jovens recém-admitidos, até que estes possam provar, pela misoginia e pela homofobia, que também eles fazem parte dos eleitos – como os mais velhos – detentores dos emblemas de virilidade triunfante. Tais instituições – as academias militares, o colégio interno não-misto, o bar, o time de futebol, as torcidas organizadas, as festas de despedida de solteiros – servem para ritualizar a entrada e a passagem em direção à aceitação. Acedem os que são viris, mas, segundo Welzer-Lang (2001), com altos custos: através de estratégias prévias impondo humilhações, desqualificação intra-gêneros. Antes de auferir o gozo que tal lugar lhes confere, houve previamente sofrimento psíquico e físico.

Segundo tal perspectiva, a socialização masculina é marcada pela violência e marcará os psiquismos. O que a perspectiva contemporânea tenta reinterpretar é a idéia, até então ingênua, de que seus efeitos tenham direção única, isto é, a formação (contrastante e dual) de homens potencialmente agressores e de excluídos necessariamente vitimados.

TEORIAS SOBRE A GÊNESE E OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA

A discussão sobre homofobia e sexismo tem sido embutida no interior de teorias que, aqui, vamos agrupar em grandes modelos, o que, a nosso ver, permite compreender em que se assemelham, quais são os pressupostos que as aproximam e estabelecer comparação entre elas. Tal exercício garante uma leitura mais clara sobre um campo onde se misturam conceitos e preconceitos, linhas explicativas e ações pragmáticas.

A primeira ordenação que procuramos dar é verificar que, se consideramos a tese que cada teórico sustenta, seus pressupostos e premissas, entenderemos que ações eles poderão sugerir e que modelos oferecem para a intervenção. Quando tomamos os modelos para intervenção, classificamos as teorias sobre violência específica em três grandes cortes:

1. perspectivas clínicas, em que o foco é sobre o sujeito psicológico;
2. perspectivas psicoeducativas, em que o foco é sobre condutas disfuncionais ou desviantes;
3. perspectivas feministas, em que o foco é sobre o sujeito político.

Os modelos de base psicológica

A *teoria do trauma*, hoje de domínio público, mas difundida por pesquisadores do Institut for Study of Psycho-Social Trauma, de Palo Alto, EUA, sugere que as violências seriam fenômenos imprevisíveis e afetam de tal forma a vítima, que esta sofre consequências psíquicas graves, necessitando cuidados individuais. Operam com a idéia de que existem eventos traumáticos e se interessam pela etiologia, diagnóstico e prevenção, procurando entender o evento traumático a partir da perspectiva do sujeito que o sofre.

Um exemplo, para clarear esta perspectiva, é a leitura que fazem do estupro, que se insere em uma escala equivalente a outros eventos catastróficos, tais como combates, como tortura política, ou desastres naturais, do tipo enchentes, erupção de vulcões etc. Procuram avaliar suas seqüelas traumatizantes e seus efeitos sobre a memória. A perda de memória, após um estupro, dizem eles, seria uma amnésia psicogênica e uma dissociação, fruto de defesas e mecanismos de sobrevivência frente ao trauma. Interessa a estes psicólogos reconstituir o estupro através de sonhos e outros recursos clínicos, para que o sujeito dele possa se desembaraçar. Sendo uma tragédia imprevisível, resta minorar o sofrimento causado no sujeito vitimado (Smigay, 1999).

Já a tese sustentada pelos adeptos da *teoria da vitimologia*, também de domínio público, é outra: para os que a partilham, a forte exposição da vítima a situações de risco poderia ser inconsciente ou efeito de má avaliação quanto aos riscos. Se no modelo anterior a exposição à violência é imprevisível, aqui o vitimado é co-responsável pela sua vitimização. Por que se expõe a situações de risco? Por inocência, por desprezo pela própria segurança, por desejo difuso de autopunição, a vítima cria estímulo ao agressor através de condutas socialmente inadequadas. A teoria sustenta a tese psicologizante de que o vitimado, inconscientemente, estimula o agressor ao ataque, desta forma expiando uma

culpa internalizada da qual não se desvencilha, fazendo do outro o braço de sua expiação.

São pressupostos que funcionam como modelos explicativos para a violência sofrida, desresponsabilizando aquele que a comete e centrando sobre o sujeito psíquico que a sofre todo o foco das atenções.

Ainda dentro de tal corte, que foca o sujeito psicológico, temos o modelo da *Intervenção Retificadora*, de base psicanalítica, que reconhece, na cultura, as causas da violência que mulheres sofrem, mas que vai trabalhar caso a caso no processo de reconhecimento de sua posição de sujeito na relação violenta. Este modelo é aplicável à violência doméstica, conjugal, intrafamiliar; entende que há submissão das mulheres em uma relação marcada pela violência e pretende introduzir uma mudança de posição do sujeito em relação ao objeto. Trabalha com o pressuposto de não-autonomia do vitimado, de que é preciso entender a estrutura do sujeito em foco, que o aprisiona no vínculo violento e espera que a escuta analítica possa reverter essa lógica.

Modelos psicoeducativos

Neste segundo recorte estamos incorporando algumas teorias que se assemelham, na medida em que consideram a violência uma disfunção, passível de controle desde que se utilizem bons modelos de ressocialização do agressor. No corte anterior, que foca o sujeito psicológico, as ações se voltam para a vítima, de forma privilegiada. Aqui, o foco é, sobretudo, dirigido aos agressores. Evidentemente estamos esquematizando estes modelos para fins de apresentar ao leitor suas principais vertentes; cada uma dessas teorias pode, evidentemente, comportar uma avaliação mais complexa.

Entre os modelos psicoeducativos, encontram-se uma variedade grande de teorias, todas com muito sucesso entre os especialistas: a teoria da aprendizagem social, que abarca diversos modelos; a teoria do conflito social e a teoria do poder.

A *teoria da aprendizagem social*, de Bandura (1973), sugere que a forte exposição a contextos violentos acaba por oferecer este modelo como referência para o sujeito que a sofre. Segundo tal perspectiva, frente a situações de *stress* e conflito, o sujeito sabe responder com violência, por ter aprendido, nas interações sociais, esta pauta de conduta. Aprende-se a ser violento, é o mote que encontramos em cada um dos modelos analisados. Portanto, como proposta de intervenção, propõe-se *ressocializar o agressor*, oferecendo-lhe outras condutas e alternativas frente aos estímulos desencadeantes de violência.

A teoria social de Bandura (1973) conceitua violência dentro de uma perspectiva psicológica, mas introduz uma leitura sociológica. Os princípios da aprendizagem social, por ele propostos, dizendo que a modelagem é importante veículo de socialização para respostas violentas na infância, é usada em vários programas de tratamento e ressocialização dos agressores.

Esta mesma perspectiva é utilizada para explicar por que vítimas se mantêm atadas a vínculos violentos. É o que encontramos em Walker (1979) que propõe uma interessante explicação do que nomeia como Desamparo Aprendido, e que, em recente artigo,

nomeamos como *Fragilização Engendrada*, usada para explicar uma certa passividade feminina ou imobilismo diante da violência recorrente.² Mulheres aprendem, no decurso da socialização de gênero, a adotar uma posição de fragilização ou de desamparo, o que acaba por representar um grande entrave para romper relações violentas.

A teoria da aprendizagem social trabalha com pressupostos de que agressores viveram histórias prévias de agressão parental ou familiar, assim como agredidos teriam sido vítimas de violência familiar, tendo, portanto, dificuldades atuais para evitar violências, incluindo a de seus parceiros. Este pressuposto justifica a manutenção de vínculos repetitivos, cronificados.

Este é o modelo que está na base da *teoria da transmissão intergeracional da violência doméstica*, de autores como Steinmetz (1987), Straus (1996) e Simons (1995). Três perspectivas servem para apoiar a tese da transmissão intergeracional. A primeira diz que crianças aprendem observando condutas paternas; pela falta de oportunidade de serem confrontadas com modelos diversos, tomam-nos como típicos (Simons, 1995).

A segunda diz que exposição a modelos de punição extremamente severos pode (e acaba por) legitimar condutas violentas, que passam a ser uma forma de controle dos membros do grupo familiar. Padrões violentos, portanto, serão acionados em relações futuras (Straus, 1980; Rosebaum e O’Leary, 1981).

A terceira perspectiva sugere a existência de traços de conduta anti-social correlacionados a desvios sociais: segundo os autores que comungam esta leitura, desviantes tendem sempre a se engajar em situações violentas. Para estes teóricos, a orientação anti-social seria um traço de personalidade ou de conduta, uma resposta à inépcia de práticas parentais. Seriam traços estáveis ao longo da vida (Patterson, 1982; Simons, 1995).

Vale lembrar o sucesso que esta última perspectiva encontra na literatura criminológica. Mesmo se surge um período, na história de vida do sujeito, sem respostas violentas, a expectativa é de que ele voltará a agredir. Para os adeptos desta perspectiva, as discontinuidades entre atos violentos não invalida o pressuposto de uma “personalidade violenta”.

Colocamos, ainda, a *teoria do poder* dentro deste corte, que chamamos de psico-educativo, e que sustenta a idéia de que a violência seria um desvio ou uma disfunção social. A teoria do poder, compreendida como um sistema cibernético, está calcada na interpretação de que os desequilíbrios de poder, dentro da família, respondem a amplas condições socioestruturais e engendram *stress* conflitos. Podemos atribuir sua construção a um grupo de pesquisadores da University of New Hampshire, Estados Unidos, nos anos setenta e oitenta – Straus e sua equipe são citados e tomados como referência.

Straus e Gelles, Yllo e Straus, Steinmetz, todos realizaram análises em torno de dois importantes *surveys*, norte-americanos, sobre violência contra mulheres – o primeiro em 1975 e o segundo em 1985. O pressuposto que partilham é de que o sistema de família,

² Conceito por nós usado para explicar a posição das mulheres kosovars, vítimas de estupro coletivo, durante a intervenção da ONU, nos Bálcãs, em 1999.

na sua interação cotidiana, gera *acomodação e conflito*, incluindo algum grau de violência, violência essa que é tolerada ou aprovada por seus membros.

O forte envolvimento emocional dentro da família, associado às desigualdades de gênero e intergerações, convivendo permanentemente juntos em situações de *stress* desgaste, funciona como uma espécie de caldeirão, um caldo de cultura, onde eclodem violências. Portanto o *locus* não está na casa, no *domus*, mas nas desigualdades entre seus membros – desigualdades de poder entre os membros de uma mesma família.

Interessante é que esta tese já é uma reconstrução do modelo primitivo, produzido nos anos sessenta e setenta, pois seus autores foram confrontados, nos anos oitenta com as teorias feministas, que sinalizavam a presença das desigualdades de poder no interior da família não por questões geracionais, ou apenas pelo contexto de *stress* conflito, mas pelas diferenças de pertencimento de gênero. Até então, eles apenas reconheciam os conflitos e a violência como efeito dos desgastes da convivência cotidiana.

Hoje admitem que, no interior da família, há um fator interveniente, que é a dominação masculina. Depois da segunda metade dos anos oitenta Straus, Coleman e seus colegas incorporaram a perspectiva de uma organização sexista da sociedade, assim como as contribuições da violência doméstica para pensar a família, aceitando o pressuposto do papel de liderança masculina. Mas continuam insistindo sobre a idéia de que a família engendra a violência: os cuidadores, impondo abusos, socializam as crianças para serem agressivas. Por presenciar violência intraparental, serão futuros agressores na fase adulta.

Para os teóricos do poder, mesmo que se restabeçam certos graus de equidade e democratização nas relações familiares, a violência estará presente, de alguma maneira. Ela seria inerente ao campo das relações familiares. Além disso, combinam-se fatores propiciadores e precipitantes – determinadas circunstâncias sociais desprivilegiadas, a presença da exclusão social, uma baixa escolaridade, o desemprego, um baixo *status* ocupacional, ou altos níveis de *stress*, tudo amplifica situações de *stress e conflito*.

Perspectivas feministas

Acabamos de ver, em rápida pincelada, teorias em que o foco se dá sobre condutas disfuncionais ou desviantes. Na perspectiva feminista, o foco é sobre o sujeito político.

Como esta mesma teoria do poder, por exemplo, é reinterpretada por uma teoria feminista? No interior das relações de gênero a violência intrafamiliar e doméstica funciona com um ciclo – que pode se assemelhar a um círculo ou a uma espiral. Círculo porque se pode, claramente, reconhecer etapas e seqüência: são atos violentos cada vez mais expressivos, até que um dos parceiros considere que o outro ultrapassou o nível de tolerância e ameaça romper o vínculo, abandonando a cena. Isso ameaça o agressor, que pede perdão, pois não suportaria a perda da relação ou do vínculo: assume a culpa e solicita sua remissão. O perdão restabelece expressões de afeto entre os parceiros, que entram “lua-de-mel”, período em que se tornam impermeáveis a qualquer programa de intervenção para reduzir/coibir a violência conjugal ou equivalente.

Só quando o ciclo recomeça, com violências a princípio toleráveis, e o crescendo

se reinstaura, é que os agentes sociais têm alguma coisa a fazer. O ciclo recomeça, até a próxima grande cena dramática, com nova ameaça de rompimento e se fecha na repetição das mesmas etapas.

Alguns autores propõem pensar em um modelo em forma de espiral e não de círculo ou ciclo, como acabamos de descrever, porque reconhecem, além da idéia de um elo repetitivo, um crescente contínuo em termos de virulência das agressões, como numa espiral – a violência aumenta, depois há uma etapa de aparente estabilização, mas a próxima cena será mais destruidora, chegando à eliminação psíquica e mesmo física do outro.

Lenton (1995) sugere que o modelo do *ciclo da violência*, do *poder assimétrico* das relações entre maridos e esposas, os *conflitos maritais*, assim como *desigualdade de classe* e *stressão* os pontos focais da teoria de poder. Não como causa direta, mas contribuintes: mas, para a autora, os teóricos do poder são míopes quando analisam a família fora do sistema patriarcal.

Para escapar dessa miopia, as acadêmicas feministas incorporam uma perspectiva histórica e concluem que a ideologia da dominação masculina (que nomeamos como *sistema de gênero*) é a chave para o entendimento da violência no campo do privado, do doméstico, ou da intimidade. As demais teorias só ganhariam coerência interna e eficácia se, em suas análises, houvesse o reconhecimento do sistema de sexo/gênero, reformatando expressões, efeitos e as conseqüências, diferenciadas, para os diversos atores envolvidos no cenário violento. A violência não atinge, igualmente, os membros de uma família.

Nesse sistema, dizem as feministas, se aprende e sobretudo homens aprendem técnicas e contextos apropriados onde se encoraja a violência. A violência não é resposta aprendida para resolver conflitos, como pretende a teoria da aprendizagem social. Aprende-se, sim, quem pode ser objeto de agressão. Não se aprende a ser violento, mas quem é desprezível e pode ser oprimido. Portanto há uma socialização de gênero no interior de uma cultura ainda patriarcal, onde alguns – os homens que sustentam o modelo da “virilidade triunfante” e algumas mulheres, que também funcionam dentro dessa lógica, elas também opressoras – auferem prerrogativas e privilégios, impondo o submetimento de outras mulheres.

São, pois, objetos de violência os não-viris, aqueles que recusam o modelo de masculinidade tradicional e os que optam por práticas homoeróticas: todos vítimas de homofobia. São mulheres que, consideradas sexo frágil, desqualificadas, são vítimas de sexismo – tanto por parte de homens quanto por parte de outras mulheres, que, acatando a lógica dominante na cultura, rivalizam com outras mulheres, desqualificam-nas, tratam-nas com desprezo ou visível submetimento.

A perspectiva feminista contemporânea não é unidirecional, nem pretende uma leitura vitimista: reconhece que o vitimado não é necessariamente passivo no jogo, mas pode (e sabe) acionar estratégias de resistência e contra-reação para estabelecer padrões recorrentes de conduta. Entretanto, admite que suas perdas são mais profundas do que as do dominante.

CONCLUINDO PROVISORIAMENTE O DEBATE

Sempre que olhamos para a violência contra grupos socialmente minoritários, entendendo que se trata de um conjunto de estratégias intencionais, posto em prática pelos agressores, com objetivos bastante definidos, estamos politizando o debate. Isto alarga horizontes e leva em consideração um campo epistêmico que reinterpreta a violência, sabendo que ela é, hoje, de tal magnitude e de tal ordem, que podemos dizer estarmos diante de um novo paradigma (Wieviorka, 1997; 1998).

Para finalizar, gostaríamos de propor um outro modelo de interpretação para um fenômeno um pouco mais restrito: a violência de gênero que acontece em um espaço muito particular, que chamaríamos de relações de intimidade. Chamamos de relações de intimidade aqueles vínculos que, independente de co-habitação, unem estreitamente os parceiros. Tanto engloba relações familiares quanto domésticas e se estende para além da parentela, incluindo agregados e escolhidos pelo afeto ou pelas circunstâncias de vida (Smigay, 2000).

Preferimos abandonar a tradicional interpretação de que seria uma violência doméstica ou intrafamiliar. No conceito de violência doméstica, muitas vezes, se confunde o *domus* com a casa: na verdade, o *locus* dessa violência ultrapassa o espaço da casa, para se dar em relações que envolvem intimidade. Se alguns autores, trabalhando com contexto conjugal violento, como o faz Brandão (1997), optam por deslocar o foco da relação conjugal violenta para a trama social que engendra o fenômeno, dizendo que ela se tece no sistema de gênero, nosso foco é diverso. Sugerimos que a pesquisa avançaria se procurássemos conjugar duas direções de análise para o problema da violência de gênero.

Primeiro seria localizá-lo *na cultura* e segundo seria voltar *para a própria relação* que, segundo nossa interpretação pessoal, *se organiza em torno da violência* (Smigay, 2000). Fazer esta costura permite pensar de outra maneira os pontos frágeis das teorizações anteriormente apresentadas. A violência não se dá em um vazio; está na cultura. E não corresponde a um desvio, uma disfuncionalidade, como a pensam os teóricos funcionalistas, como de linha psicoeducativa. Ao contrário, a violência é a norma se a pensamos imersa em uma cultura falocêntrica. É socialmente partilhada entre os membros dessa cultura e organiza as relações. Por isso afirmamos que os vínculos violentos estão organizados *pela violência*. Tiramos do sujeito psicológico o peso da interpretação, tal como o fazem aqueles que consideram a repetição uma questão neurótica, e colocamos *no político* a interpretação mais substantiva dos sentidos da violência de gênero.

Se se dá no privado, há que lembrar que o privado é político. É a política de gênero que informa tais relações, que as cristaliza e lhes fornece os contornos precisos: é ela que estrutura as relações. Mais: estrutura as relações pela violência. Esta a tese que apresentamos como contribuição ao debate sobre violência de gênero, sexismo e homofobia.

ABSTRACT

This paper considers different models followed by experts and operators of programs for restraint and support to victims, in an attempt to establish comparisons and their effects, when applied to social policies. Identifying aggressors and their preferred victims is not enough; designing their profiles and mapping their incidence, though a necessary strategy, is not sufficient. Homophobia and sexism, here considered gender violence, are deeply and persistently rooted in the social web. They are articulated with a set of social and structural problems, being a challenge to psychologists, unaccustomed to dealing with the so-called “gender grammar”, which we believe to constitute the psychological and political subject.

Keywords: Sexism; Homophobia; Gender violence; Feminist theories; Political psychology.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, M. Amélia; GUERRA, V. **Pele de asno não é só história...** um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Iglu Editora, 1988. p. 25-47.
- BANDURA, A. **Agression: a social learning analysis.** New Jersey: Prentice-Hall, 1973. *Apud* Camino, L. **Textos do mestrado em Psicologia Social**, UFPB, João Pessoa, n. 1, p. 1-26, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine.** Paris: Seuil, 1998. 139p.
- BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 84, p. 2-31, 1990.
- BRANDÃO, Elaine Reis. Mulheres em contexto conjugal violento: o recurso à polícia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 21. **Comissão de trabalho: gênero, sexualidade e família.** São Paulo: USP, 1997. 32p. Mimeografado.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 23-62, 1985.
- CROCHÍK, José Leon. **Preconceito – indivíduo e cultura.** São Paulo: Robe Ed. 1995. 220p.
- DOLLARD, J.; DOOB, W.; MILLER, N. E.; MOWRER, H.; SEARS, R. R. **Frustration and aggression.** New Haven: Yale University Press, 1939.
- GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, 1993
- HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par.** Conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário. 1992. 349p. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LENTON, Rhoda. Power versus feminist theories of wives abuse. **Canadian Journal of Criminology**, v. 37, n. 3, p. 305-330, July, 1995.
- PATTERSON, G. R.; HOPS, H. Coercion, a game for two: intervention techniques for marital conflict. In: ULRICH, R; MOUNTJOY, P. T. (Ed.). **The experimental analysis of social behaviour.** New York: Appleton-Century-Crofts, 1972.
- PATTERSON, Gerald R. A social learning approach: 3. In: ORE, Eugene. **Coercive family process.** Castalia, 1982.

ROSENBAUM, Alan. Of men, macho, and marital violence. **Journal do Family Violence**, v. 1, n. 2, p. 121-129, 1966.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely de. **Violência de gênero**. Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 218p.

SIMONS, Ronald L.; WU, Chyi-In; JOHNSON, Christine; CONGER, Rand. A test of various perspectives on the intergenerational transmission of domestic violence. **Criminology**, v. 33, n. 1, p. 141-171, 1995.

STEINMETZ, Suzanne K. Family violence: past, present, future. In: Sussman; Steinmetz (Ed.). **Handbook of marriage and family**. New York: Plenum, 1987.

STRAUS, Murray A. Measuring intrafamily conflict and violence. The Conflict Tactics Scale. **Journal of Marriage Family**, 41, p. 75-88, 1979.

STRAUS, Murray; GELLES, Richard. How violent are American families? Estimates from the National Family Resurvey and other studies. In: Hotaling; Finkelhor; Kirpatrick; Straus (Ed.). **Family abuse and its consequences: new directions in research**. Beverly Hills, California: Sage, 1988.

STRAUS, Murray; GELLES, Richard. **Physical violence in american families**. New Brunswick, NJ: Transaction Publications, 1996.

v. SMIGAY, Karin. Violação dos corpos: o estupro como estratégia em tempos de guerra. **Psicologia e Sociedade**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 104-120, 1999

v. SMIGAY, Karin. Abordagens possíveis de relações conjugais violentas: o viés de gênero dentro da psicologia. **Revista Interações**, v. VI, n. 11, p. 11-28, jan./jun. 2001.

v. SMIGAY, Karin. **Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?** 2000. 271p. Tese – Doutorado em Psicologia Social, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

WALKER, Lenore E. **The battered woman**. New York: Harper and Row, 1979.

WEINBERG, George. **Society and the healthy homoseality?** New York: St-Martin's Press, 1972.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Ano 9, v. 9, n. 2, p. 460-481, 2001.

WELZER-LANG, D.; DUTEY, P.; DORAIS, M. **La peur de l'autre en soi**. Montréal: VLB Éditeur, 1994. 302p.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 5-42, maio 1997. Em francês: Un nouveau paradigme de la violence. **Culture et Conflits**, numéro special, n. 29-30, 1998.